

34º Reunião Brasileira de Antropologia

“é, e se essa seca do rio trazer ao menos a ossada dos nosso filho?”: notas etnográficas em torno do cárcere, desaparecimento forçado e “feminicídio de Estado” em Manaus¹.

Aline Ribeiro de Oliveira (PPGAS/UFAM)²

Palavras-chave: feminicídio de estado; desaparecimento forçado; cárcere.

Há um considerável acúmulo, em reportagens, textos acadêmicos e notas de repúdio de organizações preocupadas com a constante violação de direitos humanos no Amazonas. Esse material versa sobre mortes violentas, desaparecimento forçado e operação vingança, apontam as recorrentes e constantes ações desse tipo, que fazem parte do cotidiano, tendo alvo principalmente moradores/as de periferia, envolvendo e misturando eventos limites e cotidianos, borrando as fronteiras do ordinário e extraordinário (DAS, 2020) há uma obsolescência das políticas do Estado para combater ou prevenir esses tipos de acontecimentos, sem levar em consideração sua constante participação direta ou indireta nos casos, para além de uma “guerra de números”, que pouco precisam o quantitativo desses tipos de caso (HIRATA, 2021).

O objetivo central dessa comunicação é refletir sobre o fazer etnográfico a partir de situações de violência de Estado, por forças de segurança pública, de um caso específico ocorrido em Manaus.

A partir do acompanhamento de Marilene e Nonata, mães de pessoas vítimas de desaparecimento forçado na cidade, e “feminicídio de estado”, reflito sobre atravessamentos em torno do encarceramento, a prisão, as ações policiais, gênero e raça, e como esses marcadores descem ao cotidiano dessas mulheres (DAS, 2020), pensando e alargando uma relação de dentro e fora da prisão (LAGO, 2019) no cotidiano.

Pesquisar a partir da experiência da instituição prisional e o crime é uma problemática que escapa aos modelos consagrados do trabalho de campo (BIONDI,

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM/ POSGRAD 2023-2024), ao Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP) e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento e apoio à pesquisa desenvolvida no âmbito do Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/UFAM).

2018), do mesmo modo que requer um esforço teórico para compreender as relações de gênero nesse contexto.

O ativismo, os movimentos sociais, e a luta pública são um ponto de partida importante, que me insere em campo para compreender relações de encarceramento, mortes violentas, criminalização e Estado (PADOVANI, 2015; MALART, 2014, 2019; LAGO 2014, 2019; GODOI, 2017, BUMACHAR, 2016).

Quando retornavam para casa, depois de uma noite de festa, em uma casa de show, conhecida por tocar o *forró de galeroso*, três jovens são abordados por uma viatura da polícia, a cena comum na periferia de Manaus, se seguiu do desaparecimento forçado desses jovens, dois rapazes e uma menina, à época com dezenove anos, com o desaparecimentos deles, a busca incessante de suas mães, tias, pais, familiares e vizinhos, marcou o que levou ao julgamento desses policiais em Manaus (2024).

O que descrevo parece ser mais uma peça repetida no quebra-cabeça do terrorismo de Estado, e é assim descrito pela imprensa oficial, como “mais um caso”, despersonalizando as vítimas, ou pior atribuindo-as um papel central de culpabilização. No discurso jurídico, parecem a qualquer momento correr o risco de se tornarem mais uma peça processual que depõe contra elas mesmas, e a favor dos acusados do assassinato desses jovens, o fato ocorrido no ano de 2016, contou com anos de luta, dessas familiares, chego até elas através de uma demanda da Rede Nacional de Mães e vítimas do Terrorismo de Estado³, faziam sete anos do assassinato de seus filhos, quando encontrei Marilene⁴ e Nonata⁵.

Para fins, acerca da escrita desse texto, irei trabalhar com fragmentos de meu diário de campo, ou de entrevistas que transcrevi com minhas interlocutoras, para a fluidez do texto, termos que eu considere necessário explicação, no contexto de suas falas, irei colocar em notas de rodapé, deste modo, ainda cabe salientar, que todos os nomes, e em alguns momentos lugares narrados aqui, são ficcionais, acordei em trazer personas, com fragmentos factíveis de suas experiências compartilhadas comigo.

Conhecendo as familiares.

³ Esse contato surgiu de uma demanda dentro da Desencarcera -AM, pensamos em como apoiar essas mães, na busca por justiça em decorrência do julgamento que havia sido marcado para o ano de 2023.

⁴ Nome fictício.

⁵ Nome fictício.

Elas contavam sobre seus filhos. Quando cheguei o sol alardeava um dia muito quente, bebemos água, me apresentei, e elas engataram novamente falando de seus filhos, com o passar do tempo, nessa mesma tarde, em seus olhares havia uma tensão entre elas próprias, eu ouvia frases em tom acusatório “meu filho não fez nada, era trabalhador, por um paga todos”, na hora não entendia. Passada o primeiro momento de conversa de nosso encontro, me perguntaram o motivo de meu interesse em “ajudar” elas, na busca de justiça. Minhas respostas que versavam sobre meu engajamento e militância pouco fizeram efeito para aplacar a curiosidade de ambas, mesmo havendo me apresentado como militante do Desencarcera-AM, suas perguntas tendiam a buscar explicações pessoais de mim, se eu já havia tido “problemas com a polícia”, ou se “já tinha perdido alguém”, ou ainda se tinha algum laço afetivo com alguém que já foi preso, ou morto em ações policiais.

Em minha recente experiência em campo, sentar-se para conversar com familiares de pessoas presas, com as próprias sobreviventes do cárcere, ou mesmo com familiares de vítimas do terrorismo do Estado, tem evocado uma noção supera a conjugação de verbos “olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA,1996), é preciso falar, e não somente de meu compromisso militante ou de minhas expectativas de pesquisa, mas há uma busca de minhas experiências pessoais, a motivação de me sentar a ouvir suas histórias e de acompanhá-las em suas ações importa mais que quaisquer elementos mais públicos que eu possa vincular as minhas ações.

Desse momento adiante passamos a conversar sobre os policiais, apesar de saberem o nome de todos, melhor dizendo o “vulgo”, que usavam no Bairro Céu Azul⁶, dentre esses envolvidos havia um que elegeram como o *monstro*, por suas atitudes em torno do bairro, era o policial Leandro⁷.

Me mantive próxima desde o ano passado(2023), e estive acompanhando essas mulheres, em reuniões, em idas e vindas a Defensoria do Estado, em atividades de protesto, palestras e entrevistas que cederam, estivemos juntas até o ato que julgamos que seria o desfecho final dessa história: o julgamento dos policiais acusados.

Entre Marilene e Nonata, havia como enunciado um temor, uma raiva que extravasava a imagem de solidariedade que construí ao vê-las protagonizando uma luta tão visceral, no passado Elas dispunham-se a disputar a culpa do assassinato de seus

⁶ Nome fictício.

⁷ Nome fictício.

filhos, que nem sempre atribuída somente a polícia, em momentos de crise resvala em uma das vítimas, como o principal motivador da ação dos policiais.

Marilene, é uma mulher com traços fenóticos reconhecidos como de uma mulher indígena, apesar de não reivindicar essa identidade pra si, sempre comentava sobre sua mãe, que “não sabe falar português direito, ela fala pouco porquê a gente veio de um lugar que poucos falava”, seu filho assassinado também trazia esses traços fenotípicos que faziam com que este seja heteroidentificado como uma pessoa indígena, ou nos temos populares de “descendência” indígena. Apesar desse marcador Marilene hesitava quando alguém a nomeava como indígena, dizia “ eu tentei falar isso pra conseguir o bolsa família, mas disseram que como eu não tenho RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena), era falsidade ideológica, é crime, isso quando o Wellington⁸ era criança, nutem?”.

Marilene constantemente reconhecia seu local enquanto uma mulher, não-branca, e pobre “ se eu fosse clarinha, e tivesse carteira assinada isso não seria assim”, ela dizia isso enquanto falava das acusações que teve que enfrentar ao longo do processo e sobre outros processos de exclusão que vivenciou em sua vida.

Seu reconhecimento de estar posicionada em um local de pouco ou nenhum respeito aos seus direitos foi um fato que sempre lhe causou indignação, saiu de sua cidade local no interior do Amazonas com a expectativa de buscar estabilidade, ela dizia já não aguentar o excesso de trabalho, e só receber comida como pagamento, e queria mudanças “teve um ano que o patrão deu pra nos um par de havaianas, eu já era moça tinha 13 anos, então decidir vir pra Manaus mudar de vida”. Um ano depois, quando concretiza seus plano de sair do interior vive as mais diversas adversidades, ela dizia conhecer todo tipo de gente, sendo adolescente e vindo tentar a vida sozinha, mas que sempre ser manteve no caminho correto, e passou isso ao seu filho.

Durante os anos que se seguiram ficou em situação de rua, nesse momento Joaquim, já havia nascido, ao lembrar disso ela ressalta a culpa que sente ao se responsabilizar por, ter exposto seu filho sob a mesma situação de trabalho na infância que ela fugirá, anos atrás. Com ambos dormindo entre os paletes das feiras das cidades, esgueirando-se entre a rua e os abrigos improvisados, seu filho só consegue frequentar a escola com cerca de nove anos de idade, período que vai morar de favor na casa de uma

⁸ Nome fictício.

senhora, onde presta serviços como empregada doméstica, esse é o momento que seu filho é alfabetizado e insiste em alfabetizá-la também.

Em todas as conversas que tive, ela fala do esforço que teve que fazer para se manter no caminho “correto”, sempre pensava que haveria uma recompensa por seu esforço, valores como dignidade, e a imagem de trabalhadora que passou ao seu filho, reconhecido no Bairro como *um menino batalha*⁹, outros conhecidos de Joaquim falavam dele constantemente como alguém com muita *visão de futuro*, relacionando-o ao “cara que topava qualquer trabalho, de capinar a dirigir, não tinha essa de negar serviço”.

Há nesse sentido uma preocupação dentro do trabalho que desenvolvo muito mais em compreender os sentidos que essas mulheres racializadas acionam em torno de seus marcadores sociais, como as mobiliza e como em certa medida podem ou não malear esses marcadores, afasto-me de uma noção de pouco letramento racial, recorrente nos discurso de raça, quando se trata da cidade de Manaus.

Esses grupos como o qual mantenho constante diálogo tem convicção que não pessoas brancas, elas, compreendem e falam sobre esse não pertencimento, mas mediante as esses locais de instabilidade racial produzido por noções colonialistas e reconfigurados pelo Estado, minha preocupação é em entender como essas mulheres não-brancas usam diversos enunciados raciais para se referir à si, às suas relações, e menos do que eu gostaria, à mim mesma, superando uma noção limitante de pouco letramento racial, pensando em possibilidades de ação, sobre essas questões.

Marilene, parece figurar como uma imagem oposta à de Nonata, que por sua posição em relação a morte dos meninos, sempre esquivava em falar sobre o passado de seu filho, em momentos chegava a ser vista como alguém que não tinha capacidade de narrar com clareza os fatos que levaram ao evento do desaparecimento forçado de seu filho, se Marilene narrava sua própria experiência a partir da dor que foi criar seu filho “corretamente”, para ele ser morto dessa forma, Nonata quando perguntada da relação com seu filho tornava-se arredia, misteriosa ou com versões que mudavam a cada conversa que tínhamos.

Todos sabiam das acusações de envolvimento com o crime, do filho de Nonata, e mesmo assim ela apresentava um outra versão. Cusei a entender sua negativa, cusei a pensar que sua motivação estava mais longe de uma imagem de “mãezinha” protetora,

⁹ Batalha, normalmente refere-se a pessoas dispostas a trabalhar, sempre a procura de emprego ou de fomas de conseguir trabalhos informais, com uma postura de ‘trabalhador’, “esse cara era batalha, não merecia isso, por isso a revolta da população, né?”.

não era sobre a inocência de seu filho que Nonata lutava, quando partia na negação de seus atos, era sobre a possibilidade ao menos de ter o corpo de seu filho pra enterrar, em uma ligação, dois dias antes do julgamento dos policiais, falo que não me importo com os eventos que acusam Joaquim, eu dizia “não importo com o que ele fez no passado, ou é acusado de ter feito, eu importo como que fizeram com ele”.

Acostumada com sua fala contínua, recebi seu silêncio, temia ter ultrapassado um limite. Então, ela retorna a fala com a voz firme “Eu sabia que a vida errada poderia dar nisso, só queria achar o corpo do meu filho, só o corpo, os osso que seja Aline”.

Nonata, é uma mulher cisgênero, branca de olhos e cabelos claros, com mais de cinquenta anos, sua trajetória de vida envolveu sempre muito trabalho, mas diferente de Marilene, teve um mínimo apoio familiar, ambas moram no mesmo bairro, o Céu Azul, esse bairro é um local periférico da cidade de Manaus, e é constantemente apresentado nos noticiários sensacionalistas como um lugar “perigoso”, conta com diversas operações policiais propagandeadas em torno de assaltos, linchamentos e tráfico de drogas.

A relação de Nonata era diferente, ela sempre falava da injustiça de matarem uma pessoa e negarem a família o direito da despedida, seu luto incompleto era extravasado no campo de futebol, o terreno de terra batida onde ela encontrou os sacos que seu filho foi torturado, ela e as outras mães fincaram uma cruz nesse campo, como símbolo do assassinato de seus filhos.

“eu já puxei de visitar meu filho, ponta a ponta, anos da minha vida, o que me facilitava era que eu sou serva de Deus, e Deus sempre abre o caminho pro seus de verdade, o negócio é não abrir mão da fé, mesmo que tudo dê errado, Deus tem um plano pra mim. O Wellington não era santo, mas o que ele fez para ser morto, torturado e depois sumirem com o corpo do meu filho? Que crime é esse, onde tá escrito que pode fazer isso com um traficante, assaltante que seja? Eles foram o juiz do meu filho, se tivesse crime ele deveria tá preso, que nem o outro.

Penso que deram pro cachorro comer, penso que trituraram e botaram nas colunas eu penso também que afundaram o corpo dele no rio. Eu vejo o movimento de vocês que fala de ser família de preso¹⁰, eu não sou familiar de preso, eu sou mãe de uma pessoa, que tá presa eu não quero esse fardo pra mim, se eu ficar falando “é isso, os meninos fazia errado”, não vai sobrar ninguém do meu lado, mas já tô acostumada, já pensou, as irmãs da igreja “ah tá a irmã é mãe de traficante”, por que é isso que nossos filho se torna né?

Aí pensa no meu trabalho que eu mecho com dinheiro “a mãe do traficantes que visita a cadeia de 15 em 15 dias” ninguém confia na gente, em gente que pisa em cadeia.

Assim, eu oro todo dia peço o local, que Deus revele em sonho, que Deus toque o coração de um policial e ele diga o local do corpo dos nossos filhos, mas não tem o que esperar né? É polícia...Eu vejo a seca do rio, todo mundo falando que tá ruim, eu oro mais e penso é, e se essa seca do rio trazer ao menos a

¹⁰ Refere-se ao Coletivo de Familiares de Amigos de Presos e Presas do Amazonas - FAPAM (2023).

ossada dos nosso filho? No fundo é só isso que eu quero, enterrar meu filho e ter onde deixar um flor no aniversário dele.

Eu já fui abandonada por muito familiar, pensam que eu abandonei o filho vivo, e só falo do morto, não é isso, eu tô com os dois, sempre.

(Diário de Campo, 2023).

Eu não me importava em questionar sobre os evento que levaram seu filho ao encarceramento, muito menos por achar irrelevante e mais por compreender a estrutura prisional como uma extensão racista, com base ideológica e política, e que isso importa mais que a possível conduta individual que levou uma pessoa ao aprisionamento (DAVIS, 2018). Ainda assim, Nonata, esquivou durante muitas de nossas conversas, mesmo sabendo de minha postura sobre o encarceramento, de minha pesquisa, ela sempre escondia o quanto possível que o irmão de Welligton estava preso, o acontecimento de que desencadeou o encarceramento de Washington era sempre outro ponto que ela não permitir especular, mesmo que eu não falasse do assunto, ele surgia por meio de outras mães, que perguntavam quando e se o seu outro filho iria ao julgamento, ou se ele ainda estava preso.

Ainda que, tendo consciência das ações de seus filhos, admiti-las seria um movimento de depor em favor de um fracasso materno, e o mais perigoso, correr o risco de as pessoas acharem que Welligton mereceu a brutalidade de seu assassinato, e Nonata em fracasso próprio de não ter criado bem os filhos não poderia reclamar ou buscar por justiça, já que eram “bandidos”. Negar a imagem de familiar de preso, e mesmo que presente nas visitas, mesmo que busque advogados por meio da defensoria do Estado, mesmo que atribua a si própria uma presença forte nas unidades prisionais que seu filho cumpre pena, falar disso publicamente coloca Nonata em uma posição que ela julga pouco favorável, aos outros ambientes que circula, como o caso de sua igreja, onde é uma liderança e seu trabalho.

Mahmood (2019), fala que compreender a agência exige se relacionar com o “paradoxo da subjetivação” onde agência é de certo modo “a ação facultada por relações de subordinação específicas”. Essa a autora estabelece uma relação entre Butler e Foucault, para que a partir da noção de agência, haja possibilidade de pensar tanto o sujeito quanto o poder, como modo de estabelecer uma compreensão dos modos de agência dentro desses sujeitos. Assim sendo, agência pode ser vista não como uma vontade dentro de um modelo “emancipatório” mas como uma possibilidade dentro das próprias relações de poder, evidentemente dentro do próprio poder, ou do “paradoxo da subjetivação” em que esses sujeitos estão inseridos.

A agência de Nonata estava em seu silêncio em locais públicos, tanto sobre os fatos que levaram ao encarceramento de um de seus filhos, e as acusações sobre o desaparecimento forçado de outro, a sua capacidade de agência (ORTNER, 2017) também pode ser percebida em suas versões apresentadas diversas vezes sobre sua proximidade e afastamento do mundo prisional, mesmo que não enuncie publicamente uma postura de luta coletiva sobre seu filho preso, e reservasse isso ao filho que foi assassinado, admitia em todas as nossas conversas privadas os modos cruéis com os quais teve que enfrentar o Estado. Pensa que falar que seus filhos “têm passagem”, poderia dispor de um merecimento a crueldade e o desaparecimento forçado empreendidos contra seu filho. Apesar dessa postura, ser pouco favorável a uma imagem militante ela se baseia na agência de Nonata.

Sua leitura da realidade não é fantasiosa, em todas as publicações relativas ao Caso Céu Azul¹¹, os comentários nas redes sociais são a de culpabilização das vítimas, tentando atribuir um passado criminoso, a todos que foram assassinados, e ainda justificando as ações truculentas da Polícia Militar, de modo geral existe um consenso duplo e contraditório, primeiro que a polícia é despreparada, e por seu despreparo precisa de mais policiamento treinado ou de forças especiais, e o segundo é de que “bandidos” sempre trocam tiros com a polícia e merecem punição, para além do aprisionamento, como o caso da execução sumária.

Ângela Davis (2018, p.09), fala da prisão como aspecto inevitável da vida, isso para a sociedade de modo mais amplo. Especificamente para pessoas que estão em dinâmicas de práticas criminalizadas ou criminalizáveis, e para seus familiares próximos há uma dimensão presente em suas falas da inevitabilidade da prisão ou da morte de forma violenta, e isso se estendia a Nonata, seu corpo não aceitava mas imaginava que em algum momento ela poderia perder um de seus filhos, sendo assassinados ou pro encarceramento, a inevitabilidade da prisão ou do assassinato deles doía mas estava sobre os horizontes de possibilidade.

Sua inquietação não era sobre isso, a violência que foi apresentada, sem o corpo de seu filho, encontrando em sua busca vestígios possíveis dos últimos momentos de vida de Welligton, sua sandália enxarcada de sangue, abandonada num campo reconhecido como local de tortura dos policiais, sacos ensanguentados e outros elementos que ela classifica como “objetos que viram meu filho com vida pela última vez”. Em seus sonhos,

¹¹ Nome fictício.

confusos ela sempre diz que ele pede socorro, mas nunca conseguiu resposta divina de como ele morreu.

A terceira vítima, Mariana, tinha dezenove anos, é sobre ela que pairam diversas dúvidas relacionadas ao teor da violação de seu corpo. Mariana e Roberto, seu pai, mais reservados com quem teve menos contato sempre que presentes pediam tanto pelo corpo quanto a confirmação de suas dúvidas, sobre o possível estupro cometido pelos policiais contra sua filha.

A jovem, de pele parda, magra e com cabelos pretos lisos e longos, trabalhava em um shopping da cidade, também era vista como alguém “virada”. Sempre que falavam dela, a especulação do estupro surgia “minha filha o que oito homens faziam com uma menina de dezenove anos, o que eles fizeram com o corpo dela? Que não deixaram nem pra gente enterrar, estupraram minha filha, vou morrer com essa dor e essa certeza”.

A violência sexual praticada por agentes de segurança pública, compõe um quadro maior, tanto de negligência do Estado, quanto de atuação direta dele. No caso de todas essas famílias, em suas histórias de vida, já estavam expostas a vulnerabilidade, ao empobrecimento, refleti durante muito tempo em termo de negligências, mas as teorias de vida apresentadas por essas famílias apresentam-me a perspectiva da fabricação da morte, da violência sexual por meio de aparatos repressivos do Estado e de outros órgãos¹².

Conhecendo o Caso.

Três jovens retornavam para casa, Wellington, filho de Nonata, Joaquim filho de Marilene e Mariana filha de Denise e Roberto. A festa ocorria num bairro próximo, ao que ambos moravam, o retorno pra casa às 04 da manhã, ocorria num dia de eleição na cidade. Os três, que eram amigos de infância, retornavam para casa, na mesma moto, sem o uso capacete. Joaquim, o menino batalha, Mariana a menina “virada”, e Wellington o “mano do corre”. Todos os fatos narrados acima, foram usado para deteriorar a imagem dos três. A falta de uso de capacete, o retorno para casa em horário avançado e principalmente a relação de amizade com Wellington.

¹² Na fala, desses familiares, assim como de outros, nota-se uma responsabilidade de imprensa local em propagandar ideias conservadores sobre temas como encarceramento, mas principalmente em culpabilizar vítimas do terrorismo de Estado, além do que outros profissionais que atuam no Estado, como assistentes sociais, médicos e professores, que corroboram com essa visão de culpabilização, estendendo comportamentos discriminatórios ao familiares envolvidos em casos do tipo.

No retorno para casa, são abordados por uma viatura, que parecia já procurar um alvo específico, era o Wellington¹³. As câmeras de um comércio local captam o momento da abordagem policial, sob agressões Joaquim é espancado. A justificativa da abordagem policial figurou sobre a falta de usos de capacete e o excesso permitido de pessoa na motocicleta.

A despeito disso, especula-se que os amigos de Wellington, não deixaram os policiais levarem o mesmo para o varadouro, eles recusaram abandonar o amigo e seguiram presos. Joaquim, tenta ligar para sua mães duas vezes, suas tentativas frustradas assombram Marilene até hoje.

A fala de um representante do ministério público diz “é um caso simples, eles foram abordados pelos acusados, os PMs, e foram assassinados por eles”. Esse caso simples só existiu frente ao trabalho dessas mulheres, que saíram a procura de provas ou vestígios que levassem ao paradeiro de seus filhos. Todos os laudos periciais produzidos reforçavam a culpa desses policiais. As câmeras da própria viatura, mostravam Joaquim sendo espancado, a abordagem filmada por uma câmera de segurança prova a comunicação entre outras viaturas, que chegam e levam os três, o desafeto de Wellington, o policial Leandro¹⁴, chega nessa segunda viatura, essas imagens foram os últimos registro dos três com vida, e são essenciais para a construção do caso.

As famílias que estranham, na manhã seguinte o sumiço dos seus filhos, começam uma operação de busca incessante, Nonata teve a ideia de refazer o caminho de retorno pra casa, começa então a perguntar em cada ponto, em cada esquina se viram três jovens numa moto, quase no fim do dia uma mulher diz que sim, e Nonata pede para acessar as câmeras de segurança, ela vê seu filho, e os dois amigos, e pede à essa mulher cópia das imagens, a esquiva da dona do comércio, cai com um blefe de Nonata “se você não entregar as filmagens como vai ficar? Isso é um caso sério”, eis que a dona do comércio cede, estava em suas mãos a prova da abordagem e a última imagem de seu filho com vida.

Além das imagens das abordagens, a polícia civil tinha informações de que havia um desafeto entre o policial Leandro e o filho de Nonata. A revolta em relação ao caso

¹³ Sobre Wellington havia uma investigação, em curso, no qual ele pedia autorização para executar o policial “Leandro”, reconhecido nas falas das familiares como o “monstro”, há relatos de uso de arma de eletrochoque, o *taser*, introduzidos na vaginas de mulheres que ele abusou, nada disso tem a ver com a suposta rixa entre Leandro e Wellington, mas corrobora com a imagem de monstro, e com as investigações e motivações de Wellington para pedir para executá-lo e de Leandro para matá-lo como o fez.

¹⁴ Nome fictício.

parece ser justificada apenas pelos outros dois: “O que tinham a ver Mariana e Joaquim?”. Indignados com o desaparecimento, os moradores do bairro fizeram uma manifestação no dia seguinte, com grande repercussão, o que levou ao envio de viaturas para conter a situação.

Considerações finais.

Os aguardados sete anos de julgamento foram condensados em quatro dias de júri, estive junto das famílias, não é de interesse desta comunicação me aprofundar ao julgamento desses casos, com o fim, a condenação de todos os policiais envolvidos, que levados ao júri popular, chegou, todos foram condenados e respondem em liberdade.

Datava um mês antes do julgamento, tivemos um encontro e uma de familiares de Mariana, diz que concorda com tudo que possa ser feito nesse julgamento, já estão em júri popular e pedia várias vezes para colocarem como crime o “feminicídio de Estado”, perguntei dela o que significava “minha filha é quando o Estado arma o Estado para matar uma mulher, só por ser mulher, por tá fazendo algo que eles julgam errado pra uma mulher” e seguia falando de como tinha certeza da violação do corpo de Mariana, “eles dizem que se ela fosse de respeito ela não tava na moto com dois homens”, ela alertava que não importava o fato de ambos serem amigos de infância.

“Feminicídio de Estado é isso, pode anotar” falava em direção ao defensor de justiça que estava em nossa frente. A familiar de Mariana, tecia uma crítica ao descarte do corpo de sua sobrinha, sua fala atravessa tantos dados sobre ações truculentas da polícia que jamais foram nomeados como “feminicídio de Estado”, pretendo pensar como essa categoria êmica pode evidenciar e nomear uma prática recorrente das polícias brasileiras, seja através do feminicídio *clássico*, quando há ou houve envolvimento afetivo-sexual com a vítima, isso pensando ou uso de arma de fogo da própria polícia, ou como no caso de Mariana, que foi assassinada pelo Estado, em uma operação policial.

Enquanto eu me desdobrava no controle de minhas próprias emoções, na frustração das mães em ver a “justiça” que tanto lutaram sendo feita de forma incompleta, passado noites e dias no fórum de justiça, sempre sobre o olhar dos policiais que faziam a guarda do local, informando sempre que podiam da regra de “não se manifestar na hora de leitura da sentença” sobre a premissa de sair com “voz de prisão”, eu repassava as orientações que recebemos, e dizia, que deveríamos manter o silêncio, no máximo que fosse possível. Marilene olha nos meus olhos, chama sua filha e diz “eu quero avançar nela (na advogada), ela passou esses dias todos dizendo que nós somos traficante, eu sou

diarista!” eu dizia que era só pra provocar e ela continuou e puxou um saco de remédio para ansiedade e depressão, junto de muitas receitas médicas.

Completo sua frase tomada de ódio. “Vou fazer dito pra ficar calada, mas se eu gritar de ódio, mostra essa sacola de remédio pra eles Aline, diz pra eles que eu sou louca, mas foram eles que me enlouqueceram”!

Elas criaram uma rede pouco visível para as que não participam dela, o silêncio ou a negação de uma performance pública de “familiar de preso” dessa experiência das coisas compartilhadas somente entre elas, aciona um conceito de dororidade (PIEDADE, 2017), e a partir da experiência da dor que elas criam um conjunto de cuidados e afetos para sobreviver e significar essas experiências de suas próprias formas.

Em *Vidas e Palavras*, Veena Das, parte de dois contextos na história da Índia, o primeiro a partição da Índia (1947), e o segundo a morte da então ministra Indira Gandhi (1984), que desencadeou uma série de episódios violentos contra os sikhs, nas colônias de reassentamento em Délhi, grupo a qual pertenciam os seguranças responsáveis pelo assassinato da ministra.

Ainda que esses contextos históricos reconhecidos publicamente sejam parte essencial do trabalho de Veena Das, é a partir do ordinário que podemos nos relacionar e pensar como é habitar o mundo a partir desses eventos, o que comumente é colocado em uma noção oposta à vida cotidiana das pessoas, para Das é o ponto central.

Assim, cotidiano e sofrimento são colocados em perspectiva das questões antropológicas para entender a descida da violência à vida ordinária.

A partir de seu diálogo com Wittgenstein a questão de como é habitar o mundo são feitas. Pensando deste modo em dois pontos em Veena Das “a experiência de ser um sujeito é a experiência de um limite” sendo “o sujeito é a condição da experiência” (DAS, p. 25, 2020).

A problemática dela, está inserida na tentativa de perceber os modos como se habitam esse mesmo mundo, após ter sobrevivido à esses eventos críticos, que são compartilhados pelas mulheres no que denomina um conhecimento venenoso, o corpo dessas mulheres que Veena Das trabalha ao longo de seu livro, são o que classifica como o “receptáculo de conhecimento venenoso”, conclui um de seus argumentos demonstrando que “a recuperação não residia em empreender uma vingança contra o mundo, mas em habitá-lo em um gesto de luto por ele”(p.113)

As descrições circunscritas na memória das familiares me fizeram refletir de que modo como o trabalho de Veena Das demonstra que quando nos deparamos com um nível de barbárie, atos violentos ou um tipo de ação que beira o indescritível, taxados através do “horror”, essas ações são chocam nossa projeção do que um “ser humano é capaz de fazer”, essa operação quase inconsciente mantém uma separação entre dois valores e sentidos importantes e reafirmam “as fronteiras entre civilizado e selvagem conforme evidencia a autora (DAS, Ano p.30).

Leandro não é só um policial ruim ou corrupto, como elas descreviam os outros, ele era “um monstro de farda”, a brutalidade de suas ações beiravam a falta de representação em suas falar “ele fazia aquelas coisas horrível”, ele deixava as pessoas apavoradas, essa dor quase incomunicável, que invadia os sonhos de Nonata, ouvia constantemente o sussurro de seu filho, pedindo socorro, era incomensurável na culpa de Marilene, de não ter atendido as ligações perdidas na madrugada e extravasava nas palavras da tia de Mariana : Anota doutor! Anota, é feminicídio de Estado.

Meu esforço de transformar essa experiência cruenta em uma situação etnográfica não pode ser feito friamente, assim como o encontro com a dor, a morte, e o encarceramento não se pode fazer de modo imparcial, o texto não se pretende como uma acusação ou defesa de quem quer que seja, mas busquei demonstrar as percepções e ações que envolveram e envolvem essas mulheres, que enfrentam o Estado na face mais violenta e letal que se pode enfrentar.

Por ocasião de segurança, não posso citar seus nomes, enlutada e afetada (FAVRET-SAADA 2005) dedico essa reflexão a todos moradores das periferias de Manaus, em especial às mulheres que cederam seu tempo e espaço em suas vidas para compartilhar sua força e dor comigo.

Por toda juventude morta pela polícia, presente!

BIBLIOGRAFIA

- BIONDI, Karina. Como descrever uma “onda”? Uma abordagem metodológica para a etnografia de um movimento. Anuário Antropológico.43 n.2 | 2018
- BIONDI, Karina. Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São

- Carlos, 2014. BIONDI, Karina. Junto e Misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome. 2010.
- BORGES, Juliana. Encarceramento em massa / Juliana Borges. -- São Paulo : Sueli Carneiro ;Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-73-2
- Das, Veena. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu.
- Das, Veena. Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo, Editora Unifesp, 2020.
- DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018
- FAVRET-SAADA, J. "Ser afetado." Cadernos de Campo, n.13, p. 155-161, 2005.
- GROSSI, M. P. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo": repensando o trabalho de campo a partir da subjetividade do(a) antropólogo(a). In: GROSSI, M. P. (Org.). Trabalho de Campo e Subjetividade. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992b.
- LAGO, Natália Bouças do. Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-20122019-174339
- LAGO, Natália Bouças do. Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23042014-114955/>.
- MAHMOOD,SABA. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. Etnográfica, vol. 23 (1) | 2019, 135-175
- MALLART, Fábio. 2014. Cadeias dominadas: a Fundação Casa. suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Terceiro Nome.
- MALLART, Fábio. Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-30102019-185218
- Oliveira, R. C. de. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista De Antropologia, 39(1), 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>
- PADOVANI, Natália Corazza. Sobre casos e casamentos: afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 1 recurso online (xxxii, 368 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1626251>.
- STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.